

14.março.2013 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Engenheiro Vasco Teixeira, administrador da Porto Editora

Recebidos por: Deputados do Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação do Acordo Ortográfico

Assunto: Acordo Ortográfico

Exposição: O Coordenador do Grupo de Trabalho deu as boas vindas ao engenheiro Vasco Teixeira, da Porto Editora e solicitou-lhe que expusesse a sua posição sobre o Acordo Ortográfico (AO) e a sua aplicação.

O engenheiro Vasco Teixeira indicou que é responsável pela parte editorial da empresa e referiu que a questão do Acordo Ortográfico é muitas vezes tratada parcialmente, realçando que o mesmo tem uma componente estratégica, internacional, visando que a Língua Portuguesa seja uma língua oficial nas Nações Unidas. Equacionou ainda se a uniformização da grafia do português é desejável e realçou que há vários aspetos técnico-práticos que é importante resolver, para se diminuïrem as dificuldades de aplicação do Acordo.

Indicou que em 2008, antes da aprovação da Resolução respeitante ao Acordo Ortográfico, a Associação Portuguesa dos Editores e Livreiros (APEL) fez um estudo sobre se o mesmo diminuía ou não as diferenças de grafia e discordou da sua aplicação. Referiu que Portugal cometeu um erro ao avançar com a aplicação sem precaver que Angola e Moçambique o fizessem em simultâneo, referindo que por esse facto têm edições de livros para estes países com a grafia anterior e em Portugal já com a grafia do Acordo. Referiu que estes países, devido aos custos envolvidos, ainda não aplicaram o Acordo.

Informou que o Brasil está a aplicar o Acordo, realçando que o mesmo gera menos alterações naquele país do que em Portugal. Mencionou que o Ministério da Educação e Ciência articulou o plano de aplicação com os livreiros, para se manterem os livros existentes em período transitório e só nos exames de 2014 haverá utilização única da nova grafia.

Salientou o problema de fixação de normas, referindo que o Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) tem normas no seu site e faz correções às mesmas com frequência, mas não fica documentada a data das alterações, o que gera instabilidade. Referiu que a Academia Brasileira também disponibilizou um vocabulário. Nesta sequência, realçou a necessidade de um vocabulário extenso definido pelo ILTEC e com o registo de todas as alterações posteriores.

Como nota reflexiva, indicou que como cidadão não o choca a evolução da língua, salientando ainda que a utilização do acento grave é complicada nas aplicações informáticas. Enfatizou que o Brasil fez alterações no passado e está mais próximo do Acordo. Exemplificou várias

dúvidas, como sejam, Egito/egípcio, ação/acção. Defendeu que o Acordo devia gerar uma grafia única e não o consegue, mantendo-se diferenças de grafias entre os vários países.

Manifestou-se no sentido de que voltar para trás seria um desastre, em termos económicos e políticos, mas realçou que se Angola e Moçambique não aplicarem o Acordo e o Brasil recuar na sua aplicação, no final do período de transição, Portugal ficará isolado. Quanto à decisão do Brasil de prorrogar o período de transição, informou que a Presidente daquele país não ouviu a Academia, pensando-se que estará subjacente uma questão política, que possa levar à não aplicação do Acordo em 2016, não obstante neste momento o Acordo esteja a ser aplicado naquele país nos livros escolares e em muita comunicação social.

Interveio depois o deputado Miguel Tiago (PCP), referindo que o Acordo tem muitos termos divergentes, alguns que não existiam anteriormente, pelo que se frustram os objetivos de uniformização da língua. Informou que o Grupo Parlamentar do PCP está aberto à manutenção do Acordo ou não, não afastando a hipótese da sua reversão. Referiu que a língua não está reservada aos eruditos e que pela leitura da língua da palavra devia ser possível saber a sua escrita. Salientou ainda que o Brasil está a aplicar o Acordo, porque lá as alterações foram muito menores.

A deputada Rosa Arezes (PSD) evidenciou que em 2010 o Vice-Presidente da APEL concordou com o Acordo Ortográfico. Questionou depois se o engenheiro Vasco Teixeira entende que as questões técnicas não estão estabilizadas, mas seria dramático recuar na implementação do Acordo, ou seja, a aplicação não está a ter o efeito pretendido, mas a não aplicação gera muitas dificuldades, perguntando como poderá ultrapassar-se o impasse.

A deputada Gabriela Canavilhas (PS) realçou a importância de se conhecer a ótica do setor da indústria do livro e as problemáticas que envolve. Informou depois que na semana passada outras entidades referiram as dificuldades de exportação de livros portugueses para o Brasil, pedindo a posição da editora sobre esta matéria. Salientou que se pretende que a língua gere coesão, até em termos económicos e que a suspensão do processo só será possível se corresponder aos interesses dos subscritores.

Questionou ainda se Angola e Moçambique importam muitos livros de Portugal, pedindo a indicação das respetivas percentagens.

O deputado Carlos Enes (PS), coordenador do Grupo de Trabalho, questionou quais as normas que o Brasil aplica no âmbito do Acordo.

O administrador da Porto Editora, em resposta às questões colocadas, referiu que o Acordo diminuiu as divergências com o Brasil, salientando que Portugal tem o triplo das alterações que aquele país teve.

Esclareceu que a APEL se manifestou contra o Acordo até à sua aprovação em 2008 e depois disso entendeu que devia aplicá-lo. Informou que o Brasil aplica o vocabulário da Academia de Ciências daquele país e não o vocabulário do ILTEC. Referiu que no limite, também em Portugal pode haver dupla grafia e salientou que há problemas técnicos, a resolver, embora a aplicação esteja a fazer-se.

Informou que fizeram um dicionário com a grafia antes e depois do Acordo e referiu que os editores têm estado a aplicar o Acordo e a nova grafia a todos os textos, mesmo os anteriores ao mesmo, pelo que os textos de Gil Vicente e os Lusíadas estão grafados hoje de harmonia com o Acordo.

Indicou que retroceder no processo não é uma impossibilidade, mas que Portugal só deve voltar para trás se não quiser qualquer Acordo.

Esclareceu que a diminuição das exportações para o Brasil não se deve ao Acordo Ortográfico. O Brasil está a afirmar-se como uma potência editorial e há vários anos que se vendem poucos livros para aquele país, não tendo Portugal conseguido manter exportações significativas, realçando que a situação é quase idêntica em relação à edição em Portugal de livros brasileiros.

Informou que em relação a Angola e Moçambique, a Porto Editora produz a edição local nos mesmos e simultaneamente a exportação de Portugal para aqueles países, referindo que o volume de vendas para Moçambique é de cerca de 4.000.000€ e para Angola de 3.000.000€, num volume global de vendas da editora que ronda os 100.000.000€/ano.

A deputada Gabriela Canavilhas (PS), na sequência das informações do administrador da Porto Editora, realçou que não obstante o volume de vendas das editoras não seja afetado pela existência ou não de Acordo Ortográfico, os custos sem este serão diferentes, porque haverá necessidade de 2 versões do mesmo texto.

O engenheiro Vasco Teixeira remeteu um contributo depois da audição, que está [disponível na lista respetiva, na página da Comissão, no Grupo de Trabalho](#), em que se reiteram as dificuldades resultantes das constantes alterações da grafia, nomeadamente do Vocabulário Ortográfico do Português disponibilizado na página do ILTEC e a necessidade de “esclarecimento nos casos em que o texto deixa em aberto”.

A gravação da audiência encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 14 de março de 2013

A assessora
Teresa Fernandes